



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

Av. Des. José Nunes da Cunha - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79031-902 - Campo Grande - MS - www.defensoria.ms.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Seguradora para fornecimento de serviços de Seguro em Grupo, para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Objeto	Valor Mensal	Valor Total Anual
1	Contratação de Empresa Seguradora para fornecimento de serviços de Seguro de vida em grupo para 80 (oitenta) servidores, pelo prazo de 12 meses.	R\$ 886,13	R\$ 10.633,56
2	Contratação de Empresa Seguradora para fornecimento de serviços de Seguro de acidentes pessoais em grupo para 200 (duzentos) voluntários, pelo prazo de 12 meses.	R\$ 322,06	R\$ 3.864,72
O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.498,28 (quatorze mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).			

1.2. Fonte dos recursos:

1.2.1. FUNADEP

1.3. Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação prevista no art. 2º, II, da Resolução DPGE/MS nº. 289, de 27 de setembro de 2022, “ considera-se bem de consumo de categoria “comum”, aquele que contém apenas os requisitos necessários e suficientes ao atendimento das demandas do órgão ou da entidade adquirente. ”

1.4. O prazo de vigência do contrato/instrumento equivalente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O objeto dessa contratação está previsto no item 32 do Plano Anual de Contratações de 2024 (DOE 11.310) de 01 de novembro de 2023, que prevê fornecimento de serviços bancários, postais e SEGUROS.

1.6. Os itens a serem adquiridos deverão observar as seguintes características e especificações abaixo:

Item	Descrição		Quantidade
01	Seguro de vida para os servidores da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, compreendendo as seguintes coberturas:		80
	Morte Acidental (MAC)	100%	
	Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	100%	
	Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O)	10% Limitado em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)	
	Assistência Funeral Individual	R\$ 3.000,00 (Três mil reais)	
	O capital do Segurado Individual será uniforme no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).		
	O capital segurado total do grupo é de R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais).		
Item	Descrição		Quantidade
02	Seguro de acidentes pessoais para os voluntários da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, compreendendo as seguintes coberturas:		200
	Morte Acidental (MAC)	100%	
	Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	100%	
	Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O)	10% Limitado em R\$ 1.000,00 (Mil reais)	
	O capital do Segurado Individual será uniforme no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).		
	O capital segurado total do grupo é de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).		

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Como é sabido, a Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, atua hoje em todas as Comarcas do Estado, com o objetivo de cumprir sua função constitucional e garantir a assistência jurisdicional à população carente, que garante de assistência gratuita.

2.2. Frise-se que a instituição tem se debruçado em estruturar adequadamente todas as unidades, visando garantir um ambiente acessível e apropriados aos servidores e assistidos que frequentam diariamente a instituição.

2.3. Para tanto, a instituição conta com uma equipe de servidores que realizam manutenção predial, que têm a função de garantir que as unidades mantenham uma infraestrutura adequada para o desempenho das atividades laborais, visando o efetivo atendimento à população desassistida.

2.4. Também, possui motoristas devidamente autorizados e qualificados para dirigirem os veículos oficiais da Defensoria, como vans, caminhão de carga e carros de passeio, tendo como a principal função garantir que os Defensores Públicos, cheguem a lugares de difícil acesso, como por exemplo: aldeias indígenas, assistências a pessoas em situação de rua no período noturno, viagens oficiais, dentre outras demandas da Instituição.

2.5. Nesse contexto, acabam por exercer atividades de alto risco ao conduzir os veículos, pois enfrentam cotidianamente diversas intercorrências como a falta de estrutura da malha rodoviária, curvas perigosas, buracos na pista, pisos irregulares, sinalização inexistente ou insuficiente, falta de acostamento, animais soltos nas estradas, bem como, imprudência de outros motoristas.

2.6. Quanto aos voluntários, a Defensoria Pública colabora com a capacitação dos mesmos, com o principal objetivo de ajudar a formar cidadãos e profissionais responsáveis, sem vínculo empregatício, como forma de manter um mecanismo de apoio aos estudantes que cursam graduação de nível superior, para obterem a necessária experiência profissional e preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

2.7. É importante destacar que a contratação é primordial para atendimento ao que prevê a Resolução DPGE nº. 022/2008, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece as diretrizes que deverão ser observadas para a efetiva prestação dos serviços voluntários na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, e observa a necessidade da contratação, em favor de voluntários jurídicos de seguro para cobertura de acidentes pessoais, dispondo o seguinte:

Art. 3º Pode prestar serviço voluntário na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul a pessoa física maior de dezoito anos e que pertença a pelo menos uma das seguintes categorias:

I – **Servidores públicos e Defensores Públicos aposentados (grifo nosso);**

II – **Graduado ou estudantes de cursos de nível superior (grifo nosso).**

[...]

“Art. 9º O voluntário terá **cobertura de seguro de acidentes pessoais custeado pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (grifo nosso);**

2.8. Dessa forma, objetiva-se proporcionar um ambiente de trabalho seguro para todos os servidores, e voluntários, considerando que a Defensoria Pública do Estado é uma instituição permanente, essencial e independente, que tem como atribuição cumprir o dever constitucional de assegurar aos cidadãos menos favorecidos economicamente o acesso à defesa e a garantia de seus direitos e interesses a solução da necessidade, fazendo necessária a contratação de seguro de em grupo para os mesmos, resguardando que estejam devidamente assegurados caso ocorra algum sinistro.

3. DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1. A justificativa da solução está presente no item 9. do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. A adjudicação do objeto será realizada por item, conforme justificativa apresentada no item 10. do Estudo Técnico Preliminar, obedecendo ao critério do menor preço, garantindo a escolha da melhor proposta.

3.2.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, os serviços devem apresentar, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como menor impacto sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais ecologicamente corretos, maior vida útil e menor custo de manutenção, observadas as particularidades e natureza do serviço.

4.1.2. Em atendimento ao Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

a) Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

b) Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;

c) Possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.1.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei Nº 14.133/2021, bem como, a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As especificações de cada item estão descritas no item **1.6.**, deste termo de referência.

5.2. Os valores declarados no item **1.1.** são estimados e neles encontram-se computados os custos da apólice, bem como todos os impostos, os encargos, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

5.3. Da forma de execução dos serviços:

5.3.1. A licitante vencedora emitirá a apólice de Seguro em Grupo seguindo as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, com cobertura de 12 (doze) meses, abrangendo as seguintes coberturas conforme as especificações do objeto.

5.3.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, 7 dias por semana, garantido os riscos relativos às atividades profissionais e extras profissionais.

5.3.3. Para os servidores e voluntários incluídos ao Seguro após o início da vigência da Apólice, a data do início da vigência será a data de inclusão no seguro.

5.3.4. No preço proposto deverão estar inclusos o custo da apólice e quaisquer outras incidências.

5.3.5. O grupo de servidores do seguro de vida será constituído por 80 (oitenta) vidas.

5.3.6. O grupo de voluntários do seguro de acidentes pessoais será constituído por 200 (duzentas) vidas.

5.3.7. Durante a vigência contratual poderá haver variação da quantidade de beneficiários cadastrados.

5.3.8. A seguradora possibilitará a exclusão de segurados, a qualquer tempo, durante o período de duração da apólice.

5.3.9. A vigência da apólice coletiva coincidirá com a vigência do contrato a ser celebrado com a adjudicatária da presente licitação.

5.3.10. O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de beneficiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados.

5.3.11. Não haverá carência, exceto em caso de suicídio, nos termos do artigo 798 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

5.3.12. A apólice do seguro será coletiva, podendo ser emitida uma única apólice em nome da DPGE/MS, com emissão de certificado individual e nominal à cada uma das vidas relacionadas pelo Órgão, prestando assistência total ao acidentado, nos termos contratados, e a forma de custeio será não contributória (a critério da Contratada).

5.3.13. O prazo de entrega das apólices de seguro é de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados do pagamento decorrente do fornecimento do objeto do Contrato.

5.3.14. A apólice de seguro deverá conter:

- a) Os dados pessoais de todos os assegurados;
- b) O valor do prêmio total - 12 (doze) meses;
- c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado.

5.4. A contratada obriga-se a entregar apólice, em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste termo de referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações e/ou a prestar os serviços com a mais estrita qualidade e eficiência esperados.

5.5. Novos servidores e voluntários a partir da assinatura do Contrato poderão ser substituídos no grupo segurado, sendo aceitos nas mesmas condições estabelecidas e sem custos adicionais para DPGE/MS.

5.6. Em caso de exoneração, com perda de vínculo com a DPGE/MS, o empregado e/ou voluntários será excluído do seguro. Já em caso de acréscimo de servidores ou voluntários será realizado Termo Aditivo, nos moldes da Lei 14.133/21.

5.7. Da Cobertura:

5.7.1. Item I - Dos servidores e defensores:

I) MORTE ACIDENTAL

a) Em caso de Morte Acidental, o Capital Segurado individual será uniforme no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

II) INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE

a) Em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

b) A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.

c) Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a Seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos na Tabela aprovada pela SUSEP.

d) Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a

indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na Tabela aprovada pela SUSEP para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

e) Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

f) Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

g) Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

h) A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

i) Se, depois de paga indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

j) A invalidez permanente prevista nesta cobertura deve ser comprovada através de declaração médica.

k) A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

l) No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a sociedade seguradora deverá comunicar ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a entrega do laudo emitido pela Junta Médica Oficial do Estado MS.

m) O ressarcimento das despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do efetivo pagamento realizado pelo Segurado, respeitando-se o limite de cobertura estabelecido, atualizado monetariamente nos termos da legislação específica.

III) ASSISTÊNCIA FUNERAL – Assistência prestada na tomada das providências necessárias em caso de falecimento do Segurado.

a) Os serviços de atendimento da Assistência Funeral serão prestados no Brasil e no Exterior via Central de Assistência Funeral à disposição 24 (vinte e quatro horas) por dia.

b) O valor da cobertura da assistência funeral individual será de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

IV) DESPESAS MÉDICAS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICA

a) O Capital Segurado será limitado em 10% da Cobertura Básica no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

V) CAPITAL SEGURADO

a) O Capital Segurado da Cobertura Básica corresponderá ao valor total do grupo de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e o Capital Segurado individual será uniforme no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

b) Para todas as coberturas deste seguro, o pagamento da indenização será realizado sob a forma de pagamento único, POR MEIO DE REEMBOLSO.

VI) RISCOS EXCLUÍDOS - Estão expressamente excluídos de todas as garantias deste Seguro os eventos ocorridos em consequência:

a) Do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

b) De atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar, da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prática de esporte ou atos de humanidade em auxílio de outrem;

c) De atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

d) Os acidentes ocorridos em consequência:

(i) Direta ou indireta de quaisquer alterações mentais consequentes do uso do álcool, acima dos limites permitidos pela legislação vigente, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;

(ii) As perturbações e intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente pessoal coberto.

5.7.2. Item II – Dos voluntários:

I) MORTE ACIDENTAL

a) Em caso de Morte Acidental, o Capital Segurado individual será uniforme no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

II) INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE

a) Em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica (MORTE ACIDENTAL).

b) A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.

c) Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a Seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos na Tabela aprovada pela SUSEP.

d) Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na Tabela aprovada pela SUSEP para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

e) Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

f) Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

g) Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

h) A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

i) Se, depois de pagar a indenização por invalidez permanente por acidente,

verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

j) A invalidez permanente prevista nesta cobertura deve ser comprovada através de declaração médica.

k) A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

l) No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a sociedade seguradora deverá comunicar ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a entrega do laudo emitido pela Junta Médica Oficial do Estado MS.

m) O ressarcimento das despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do efetivo pagamento realizado pelo Segurado, respeitando-se o limite de cobertura estabelecido, atualizado monetariamente nos termos da legislação específica.

III) CAPITAL SEGURADO

a) O Capital Segurado da Cobertura Básica corresponderá ao valor total do grupo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e o Capital Segurado individual será uniforme no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

b) Para todas as coberturas deste seguro, o pagamento da indenização será realizado sob a forma de pagamento único.

IV) RISCOS EXCLUÍDOS - Estão expressamente excluídos de todas as garantias deste Seguro os eventos ocorridos em consequência:

a) Do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

b) De atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar, da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prática de esporte ou atos de humanidade em auxílio de outrem;

c) De atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

d) Os acidentes ocorridos em consequência:

(i) Direta ou indireta de quaisquer alterações mentais consequentes do uso do álcool, acima dos limites permitidos pela legislação vigente, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;

(ii) As perturbações e intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente pessoal coberto.

V) DESPESAS MÉDICAS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICA

a) O Capital Segurado será limitado em 10% da Cobertura Básica no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ATRAVÉS DE REEMBOLSO.

5.7.3. Na eventual ocorrência de sinistro, efetuar o pagamento da indenização ao próprio segurado, no prazo de até 10 (dez) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária.

5.7.4. A apólice, referente às pessoas relacionados nesse Edital, terá sua

vigência a partir da data indicada no instrumento Contratual a ser firmado.

5.7.5. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada a data de recebimento da nota de empenho como data inicial.

5.7.6. Após a data de início de vigência da Apólice, a inclusão dos componentes do Grupo Segurável - Relação de Segurados, será automática após encaminhada pela DPGE/MS.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

6.2. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado, de forma conjunta, nos moldes do artigo 56 da Lei 14.133/2021.

6.3. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Requisitos de Habilitação Jurídica

6.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

6.5. Apresentar comprovação de autorização de funcionamento da seguradora junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do art. 44 do Decreto Federal n. 60.459, de 13 de março de 1967.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.6. Apresentação da certidão negativa de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

6.7. Apresentação da certidão negativa de débitos Fazenda Estadual da sede da contratada;

6.8. Apresentação da certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da contratada;

6.9. Apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas e de ações trabalhistas da contratada - CNDT;

6.10. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.11. Apresentação do Contrato Social da contratada e documentação dos sócios, quando necessário;

6.12. Certidões negativa de licitante inidôneo e improbidade administrativa;

6.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (artigo 68, inciso II da Lei 14.133/2021);

6.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ

Qualificação Econômica Financeira

6.15. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios, assinados ou certificados digitalmente pelo sócio administrador e contador devidamente registrado no CRC, quando obrigado por lei;

6.16. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.17. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) ou, na hipótese de não se atingir esse percentual, como forma alternativa, capital mínimo ou valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

6.18. Os índices descrito no item 6.17., serão resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

6.19. Em relação ao índice eleito no subitem 6.18. para fins de qualificação econômico financeira, em que pese a Lei n. 14.133/2021 não enumerar como obrigatória a observância específica de índices contábeis, a boa prática administrativa impõe a sua previsão, com o intuito de evitar contratação com empresa que não detenha idoneidade financeira ou condições de executar a obrigação a qual ficará sujeita no futuro contrato a ser firmado.

6.20. Na falta de normativo estadual disciplinando o índice de solvência, a Administração Pública Estadual tem se valido da Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.21. Ademais, a previsão de requisito de habilitação econômico-financeira alternativo está em consonância com o art. 69, §4º e 3º, da Lei n. 14.133/2021, e a Súmula 275, do TCU.

Qualificação Técnica

6.22. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.22.1.1. O (s) atestado(s) deverá (ão) conter: nome empresarial e dados de

identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax); local e data de emissão; e nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

6.22.2. O requisito de habilitação técnica explicitado no subitem 6.22., tem por finalidade assegurar a comprovação, de maneira satisfatória, de que a empresa licitante detém capacidade produtiva e logística na execução do objeto a ser contratado, relacionada à quantidade e ao prazo de fornecimento. Ainda, ressaltamos que a possibilidade de solicitação do atestado de capacidade técnica está prevista no Art. 67, §9º da Lei 14.133/2021.

6.22.3. Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente”.[\[1\]](#)

6.22.4. Dessa forma, a apresentação de atestado (s) supracitada, visa demonstrar que o licitante já executou, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

6.22.5. Além do mais, há necessidade de apresentação de documentos simples que atestem a condição da empresa fornecedora em atender às demandas da DPGE/MS.

6.22.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.22.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.22.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 14.498,28** (quatorze mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), sendo, **R\$ 10.633,56** (dez mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos) para o **item 1**, e **R\$ 3.864,72** (três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos), para o **item 2**.

8. DA RESERVA DE COTA À MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.1. Salienta-se que é vedada a contratação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte para prestarem os serviços de Seguro de Vidas, isso porque, em conformidade com o art. 757, do Código Civil, c/c art. 24 do Decreto Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, poderá operar em serviços de seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

8.2. Em complemento, o inciso VIII, §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, exclui expressamente as empresas de seguros privados da concessão dos benefícios.

9. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

9.1. A classificação orçamentaria será indicada pela Secretaria de Finanças e colacionada aos autos assim que requisitada pela Coordenadoria de Licitações.

9.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de quais naturezas forem.

9.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10. DOS PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

10.1. O prazo de entrega das apólices de seguro é de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do pagamento do objeto contratado.

10.2. O recebimento dos objetos se efetivará, em conformidade com art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório” que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme Art. 9, da Res. DPGE n. 317/2023.

b) Definitivamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos objetos, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

10.3. As apólices e documentos referentes a esta contratação deverão ser enviadas no seguinte endereço eletrônico: adm@defensoria.ms.def.br.

10.4. Caso a fornecedora classificada não puder entregar o (s) objeto (s) solicitado (s), ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato à Secretaria de Gestão Administrativa, por escrito, no prazo máximo de 48 (vinte e quatro) horas antes de findar-se o prazo de entrega.

11. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. A aquisição dos itens propostos poderá ocorrer mediante formalização de nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente conforme dispôr em edital.

11.2. O prazo de vigência do contrato/instrumento equivalente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato/instrumento equivalente no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado em parcela única mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 10 (dez) dias, após a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou documento hábil para pagamento, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

12.2. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

12.3. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

12.4. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o

subitem 13.3. poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

12.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.6. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

12.7. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.7.1. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da Contratada.

12.8. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura.

12.9. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.10. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.11. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.12. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

I = (TX)

I = (6/100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento)

12.13. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

12.14. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.15. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.

12.16. A Defensoria Pública Estadual, é isenta de IOF, conforme disposto no §3º, do art. 2º, do Decreto n. 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

12.17. As despesas com deslocamento de pessoal da Contratada ou de seus representantes serão de sua exclusividade responsabilidade.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice previsto no instrumento contratual exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.1.1. O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

13.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.4. Eventual reajuste dos preços, está submetido às condições de periodicidade de 12 (doze) meses e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

13.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

14.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

14.1.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

14.1.3. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato ou instrumento equivalente;

14.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente;

14.1.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

14.1.6. Fiscalizar o Contrato ou instrumento equivalente através do setor competente da Contratante;

14.1.7. Acompanhar a execução dos serviços efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

15.1.1. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação, exceto se a subcontratação estiver vinculada à prestação de serviços acessórios, conforme previsto neste Termo de Referência.

a) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade

integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.1.2. Qualquer ato que implique a substituição do Contratado por outra pessoa jurídica, como a fusão, cisão ou incorporação, somente será admitida mediante expresso e prévio consentimento da Contratante, mediante a formalização de Termo Aditivo, desde que:

a) Seja mantida a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (quando for o caso);

b) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;

c) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

d) Não haja qualquer prejuízo à boa execução das obrigações pactuadas.

15.1.3. Entregar a apólice ofertada, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos.

15.1.4. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato que envolva o nome da contratante mediante sua prévia e expressa autorização.

15.1.5. Manter durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

15.1.7. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato ou instrumento equivalente, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens.

15.1.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

15.1.9. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato.

15.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.

15.1.11. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venha a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

15.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

15.1.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato ou instrumento equivalente.

15.1.14. A contratada deverá providenciar o seu cadastro, bem como o cadastro do seu responsável no e-CJUR, junto ao portal do TCE/MS, conforme capítulo 10 do Manual e-CJUR, conforme art. 15, inciso V, da resolução TCE/MS n. 65/2017.

15.1.15. Observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

16.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante da seguinte forma:

- a) não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta;
- g) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

b) multa moratória conforme descrito abaixo:

b.1) até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 1% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.2) do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 1,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.3) do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.4) multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

b.5) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

b.6) Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b.7) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa;

b.8) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

b.9) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

17. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS NA LICITAÇÃO

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

17.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

17.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a formalização contratação ou para fins de assinatura do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

17.1.3. As demais disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

18. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. Com fundamento nos 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto a contratada poderá ser apenada, isoladamente ou juntamente com as multas definidas nos artigos supracitados, com as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa

c) Impedimento de licitar ou contratar

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por prazo não superior a dois anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

g) Impedimento de licitar e contratar com a DPGE/MS e descredenciamento no Cadastro Central de Fornecedores da Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - pelo prazo de até cinco anos.

18.2. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

18.3. No caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução do contrato ou instrumento equivalente, sem que haja justificativa aceita pela Contratante, a Contratada ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, limitado à 10% (dez por cento). Após trinta dias de atraso, a Contratante poderá reconhecer a inexecução parcial ou total do contrato.

18.4. Em caso de subcontratação não autorizada, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato. A reincidência por uma vez de subcontratação não autorizada configurará inexecução parcial do contrato e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

18.5. Por infração a qualquer outra cláusula do Edital e seus Anexos, não prevista nos subitens anteriores, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras sanções, inclusive a rescisão contratual, se for o caso:

I - Advertência, no caso de infrações leves;

II - Multa de até 10% (dez por cento):

a) Sobre o valor do item do qual participou a licitante, se a infração ocorrer durante a licitação;

b) Sobre o valor do contrato, se a infração for ao contrato.

18.6. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

18.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

18.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do seu valor à licitante, a multa será inscrita em dívida ativa.

18.9. A aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei supracitada não exclui a possibilidade de aplicação de outras constantes da legislação que rege o tema, inclusive a responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

18.10. As sanções serão registradas no SICAF.

18.11. Com fundamento no artigo 50 do Decreto n.º 15.327/2019 do Estado de Mato Grosso do Sul, ficará impedida de licitar e contratar com a DPGE/MS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do item e das demais cominações legais, garantindo o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) Não entregar a documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Causar atraso na execução do objeto;

e) Não manter a proposta;

f) Falhar na execução do contrato;

g) Fraudar a execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

i) Declarar informações falsas; e

j) Cometer fraude fiscal.

18.12. Para fins do disposto no subitem 9.3.1, alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original, constituindo-se como exemplos as condutas tipificadas nos artigos na Lei n.º 14.133/2021.

19. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

19.1. Nos termos do artigo 104, inciso III e artigo 117 da Lei 14.133/2021 será designado servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato e acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. O (s) responsável (eis) pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato da Contratante, conforme Resolução DPGE 317/2023.

19.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

19.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

19.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

19.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

19.7. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

19.8. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao Contrato ou instrumento equivalente.

19.9. A Contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela Contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

19.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

19.11. A avaliação será considerada pela Contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos produtos ofertados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o Contrato ou instrumento equivalente, ou ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

20. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

20.1. O presente Termo de referência rege-se pelas normas instituídas por meio da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e na forma e condições fixadas na Legislação Vigente, Resolução DPGE 317/2023 e Resolução DPGE/MS nº. 289/2022.

21. FRAUDE E CORRUPÇÃO

21.1. As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.2. Para os propósitos do subitem anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “Prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e

e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (si) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

21.4. Considerando os propósitos dos subitens acima, a Contratada concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1. A rescisão contratual poderá ser:

22.1.1. Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 138, inciso I e art. 139 da Lei 14.133/2021.

22.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

22.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.2. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual ou documento equivalente, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

22.3. O instrumento contratual ou documento equivalente poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

22.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE, e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no instrumento

contratual ou documento equivalente.

22.5. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do instrumento contratual ou documento equivalente.

22.6. As partes reconhecem os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021.

23. GESTORES RESPONSÁVEIS

23.1. Ana Flávia Miranda Menegati

23.2. Arian Matos

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

24.1. A Nota Fiscal deverá emitida em favor do Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública, CNPJ nº 05.505.050/0001-44, e deverá ser encaminhada à Secretaria de Gestão Administrativa para o devido recebimento e conferência.

Maryte Rios Fernandes
Assessora Administrativa
Secretaria de Gestão Administrativa

Sara Carelli Medina
Assessora Administrativa
Secretaria de Gestão Administrativa

[1] [1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332.

[1] [1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332.



Documento assinado eletronicamente por **SARA REGINA CARELLI MEDINA, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 06/02/2024, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARYTE RIOS FERNANDES, ASSESSOR ADMINISTRATIVO**, em 06/02/2024, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3TOMKe9> informando o código verificador **0152317** e o código CRC **6DB01FB4**.

